Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

IFIN II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ Nº 40.728.409/0001-43

Comentários sobre o Desempenho da Companhia - Período findo em 31 de dezembro de 2022

Contexto Econômico: O cenário de transição política e econômica após as eleições presidenciais gerou volatilidade nos mercados. O país enfrenta desafios significativos para garantir a estabilidade econômica, incluindo a alta inflação e a pressão inflacionária em vários setores da economia. A equipe econômica deverá adotar medidas para controlar os gastos públicos, buscar uma política fiscal mais austera e promover reformas estruturais, tais como a reforma tributária e a reforma administrativa. A economia brasileira tem apresentado sinais de recuperação, com um aumento no nível de atividade econômica e a geração de novos empregos. O setor de serviços tem liderado o processo de retomada, seguido pela indústria e o comércio. Um fator importante que pode impulsionar a economia brasileira em 2022 é a retomada dos investimentos, tanto domésticos quanto estrangeiros. O Brasil tem apresentado um ambiente de negócios mais favorável, com a aprovação de reformas e medidas de estímulo ao empreendedorismo. O governo tem promovido leilões de concessão de infraestrutura, como rodovias, ferrovias e aeroportos, além de incentivar a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias. No entanto, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos para garantir a estabilidade macroeconômica e atrair investimentos estrangeiros. Além das questões mencionadas anteriormente, o país enfrenta um cenário político complexo, com incertezas em relação à continuidade das reformas e ao compromisso com a responsabilidade fiscal. Diante desse contexto, é fundamental que as empresas de investimento em participações acionárias adotem uma postura cautelosa e diversifiquem suas carteiras de investimentos, buscando oportunidades em setores resilientes e com perspectivas de crescimento a longo prazo. O mercado de crédito privado no Brasil tem apresentado uma maior abertura e oferta de crédito, principalmente para pequenas e médias empresas. Com a queda da taxa Selic para patamares historicamente baixos, a busca por rentabilidade tem levado investidores institucionais a buscar alternativas de investimento no mercado de crédito privado. Além disso, a regulamentação do mercado de FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios) tem ajudado a impulsionar o mercado de crédito privado no país, oferecendo mais transparência e segurança jurídica para os investidores. As emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) têm ganhado destaque no mercado financeiro brasileiro nos últimos anos. A perspectiva é de que o mercado de CRI e CRA continue em expansão em 2022, impulsionado pelo baixo custo de captação e pela crescente demanda por investimentos em ativos reais. O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) do BCB apresenta aumento de 2,90% no acumulado dos últimos 12 meses, até 31 de dezembro de 2022. Evidenciando a grande capacidade de adaptação e superação de questões macroeconômicas dos agentes econômicos. **Contexto Operacional:** A IFIN II Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros foi criada com o propósito específico de emissão de debêntures. No dia 30 de setembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, a administração da Companhia deliberou pela realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). No dia 30 de setembro de 2021 a operação foi totalmente liquidada passando a operar com o aporte do investidor no montante de R$ 10.000.000,00 e consequente repasse dos recursos captados pela IFIN à contraparte. No período entre a emissão das debêntures e a presente data-base, a Companhia registrou os efeitos de pagamentos aos fornecedores para formalização da operação firmada e contabilização da mensuração das debêntures e sua atualização em linha com a estrutura financeira desenhada para a operação, bem como o reflexo do ajuste a valor justo dos investimentos registrados no ativo da Companhia. **Outras informações: Relacionamento com auditores independentes**: Em decorrência de aspectos exclusivamente comerciais, em nada relacionados a qualidade dos serviços prestados, a IFIN II ratifica que efetuou a substituição da empresa BLB Auditores Independentes, que desenvolveu os serviços de auditoria externa das suas demonstrações financeiras, no exercício 2021, pela BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES S.S, que, em consequência, passou a realizar, a partir de 2022, esses serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras da companhia. Para o adequado gerenciamento e divulgação da existência de eventuais conflitos de interesse, a IFIN II, como parte de suas práticas de governança corporativa, evidencia que não contratou quaisquer outros serviços, além da auditoria independente de suas demonstrações financeiras, junto à empresa BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES S.S, ou a quaisquer outras empresas ou pessoas a ela ligadas, direta ou indiretamente. Em complemento, a companhia observa premissas que a orientam no relacionamento com os seus auditores independentes. Essas premissas estabelecem: **(a)** que o auditor não representa a companhia em quaisquer níveis; **(b)** que as atividades gerenciais são estritamente reservadas para serem desempenhadas por funcionários da própria companhia, sendo responsabilidade destes o resultado do trabalho realizado; e **(c)** que os trabalhos a serem auditados foram realizados por profissionais sem quaisquer vínculos, diretos ou indiretos, com a empresa de auditoria independente contratada para emitir uma opinião acerca desses trabalhos. Desta forma, a companhia considera estarem preservadas a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa. Os elementos acima descritos permitem à Companhia, tendo por base as suas iniciativas e as de outras entidades interessadas na consolidação do mercado secundário de recebíveis imobiliários e do agronegócio, observar com otimismo, apesar das incertezas e das dificuldades conjunturais, a evolução de suas operações no decorrer do presente e dos próximos exercícios.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021
Ativo circulante		**9.749**	**2.678**	**Passivo circulante**		**69**	**44**
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.198	212	**Outras Obrigações**		**69**	**44**
Cessão de créditos	5	8.716	2.415	Fornecedores		-	-
Provisão para devedores duvidosos	5.a	(167)	-	Dividendos a pagar	9	64	16
Contas a receber	6	-	47	Obrigações fiscais	10	1	22
Tributos a compensar	7	2	4	Transações com partes relacionadas	11	1	4
Ativo não circulante		**1.015**	**-**	Fornecedores		3	2
Cessão de créditos	5	1.015	-	**Passivo não circulante**		**10.694**	**2.585**
				Obrigações por debêntures emitidas		**10.694**	**2.585**
				Obrigações por emissão de debêntures	8	10.694	2.585
				Patrimônio Líquido		**1**	**49**
				Capital social	13.1	1	1
				Reserva de lucros		-	48
Total do ativo		**10.764**	**2.678**	**Total do passivo e do patrimônio líquido**		**10.764**	**2.678**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros	Patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2021	-	-	-	-
Integralização de capital social	1	-	-	1
Resultado do período	-	-	64	64
Dividendos obrigatórios a pagar	-	-	(16)	(16)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1**	**-**	**48**	**49**
Resultado do exercício	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(48)	(48)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1**	**-**	**-**	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Receitas Operacionais		-	-
Receita dos recebíveis adquiridos	15	2.659	42
Resultado operacional líquido de securitização		**2.659**	**42**
Receitas (despesas) operacionais			
Receita de prestação de serviços		17	83
Despesas administrativas	16.1	(286)	(14)
Despesas tributárias	16.2	(17)	(11)
Outras receitas (despesas) operacionais		(167)	-
Total de (despesas) receitas operacionais		**(453)**	**58**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**2.206**	**100**
Resultado financeiro	17	-	-
Receitas Financeiras		-	-
Despesas Financeiras		(252)	(16)
Prêmio de reembolso		(1.954)	
Resultado financeiro líquido		**(2.206)**	**(16)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**-**	**84**
Imposto de renda e contribuição social - corrente		-	(20)
Lucro líquido do exercício		**-**	**64**
Quantidade de ações	13.1	1.000	1.000
Lucro por ação - R$		-	0,06400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	-	64
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	64

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	-	64
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos impostos com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Encargos e variações monetárias por emissão de debêntures não liquidados	2.206	16
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Tributos a compensar	2	(4)
Cessão de créditos	(7.316)	(2.415)
Outros ativos	47	(47)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	1	2
Partes relacionadas	(3)	4
Obrigações fiscais	(21)	22
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**(5.084)**	**(2.358)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Capital Integralizado no exercício	-	1
Obrigações por emissão de debêntures	6.070	2.569
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**6.070**	**2.570**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**986**	**212**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	212	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.198	212
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**986**	**212**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
Receitas	**2.676**	**125**
Receita dos recebíveis adquiridos	2.659	42
Receita com prestação de serviços	17	83
Insumos adquiridos de terceiros	**(453)**	**(14)**
Custo dos serviços prestados	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(453)	(14)
Valor adicionado bruto	**2.223**	**111**
Valor adicionado líquido produzido	**2.223**	**111**
Valor adicionado recebido em transferência		
Despesas financeiras	(2.206)	-
Valor adicionado a distribuir	**17**	**111**
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	17	31
Juros pagos a debenturistas	-	16
Dividendos	-	15
Resultado retido	-	49
Valor adicionado distribuído	**17**	**111**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional: A IFIN II COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS ("Companhia"), foi constituída em Assembleia de 10 de dezembro de 2020, e é uma sociedade anônima, cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo - SP. A Companhia tem como principais atividades: (a) a aquisição e securitização de créditos financeiros; (b) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites estabelecidos na legislação aplicável; (c) a realização de outros negócios relacionados aos créditos supracitados e a prestação de serviços de consultoria financeira relacionada às operações de securitização de créditos supracitadas. Neste contexto, a Companhia realizou a primeira emissão de debênture quirografária simples, com data de 30 de setembro de 2021, não conversíveis em ações, subordinadas e em série única e para colocação privada, no montante total de R$ 10.000, cujo objetivo é a aquisição de direitos creditórios sobre créditos financeiros na forma de Cédulas de Crédito Bancário, as quais constituem garantia fiel e integral ao cumprimento das obrigações assumidas pelos respectivos tomadores, com cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da prestação de serviços destes. Os debenturistas fazem jus a uma remuneração de 2,5% a.a., calculados pro rata temporis sobre o capital investido até a data do vencimento. Além dos juros remuneratórios, os debenturistas fazem jus a um prêmio de reembolso, que é equivalente a 100% dos valores recebidos das CCB vinculadas, deduzidos os custos operacionais assumidos pela emissora, próprios ou de terceiros, e impostos incidentes sobre os negócios realizados. Diante disto, não é esperado que a Companhia venha a auferir lucro no curso do período desta emissão. Os resultados esperados, principalmente os de prestação de serviços vinculados a esta operação serão prestados e realizados em empresa coligada, e estão descritos na nota nº 11 - Transações com partes relacionadas. **2. Bases de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) vigentes na data base. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. **2.2. Bases de apresentação:** ***2.2.1. Bases de mensuração:*** As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas demonstrações financeiras, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência. ***2.2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:*** A moeda funcional é o Real. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais. Todas as informações contábeis apresentadas foram arredondadas para a unidade de reais mais próxima, exceto quando indicado de outra forma. ***2.2.3. Uso de estimativas:*** A preparação das demonstrações financeiras está de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas respectivamente. ***2.2.4. Aprovação das Demonstrações Financeiras:*** As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração e sua emissão foi autorizada em 30 de março de 2023. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa, saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 (noventa) dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado. **3.2. Instrumentos financeiros:** ***3.2.1. Ativos financeiros não derivativos:*** *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):* De acordo com CPC48 e em conformidade com o IRFS 9, o ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado pela Companhia, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e as mudanças desses ativos são reconhecidas no resultado dos períodos. A Companhia não possuía ativos financeiros a valor justo por meio do resultado nas datas dos balanços. *Ativos financeiros registrados ao custo amortizado:* São representados por direitos creditórios classificados na categoria de ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, com pagamentos fixos ou calculáveis, que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. ***Passivos Financeiros:*** São representados substancialmente por obrigações por emissões de Debêntures, reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis na data de negociação na qual a emissora identifica o que se torna parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Além dos juros remuneratórios, as debêntures contam com um prêmio de reembolso, apropriado em regime de competência, que é equivalente a 100% dos valores recebidos das CCB vinculadas, deduzidos os custos operacionais assumidos pela emissora, próprios ou de terceiros, e impostos incidentes sobre os negócios realizados. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado. **3.3. Demais ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.4. Provisões, ativos e passivos contingentes:** A Administração, ao elaborar suas demonstrações financeiras, efetua a distinção entre: • Provisões que podem ser definidas como saldos credores que cobrem obrigações presentes legais ou presumidas na data do balanço patrimonial, decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda ou desembolso para a entidade cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos; • Passivos contingentes são possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Companhia. Incluem as obrigações presentes da entidade, caso não seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para a sua liquidação; • Ativos contingentes são ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de eventos além do controle da Companhia. Não são reconhecidos no balanço patrimonial e nem na demonstração do resultado, mas são divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja praticamente certo que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos. As demonstrações financeiras da Companhia incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere que seja grande a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada, ou seja, que apresente perda provável. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes, ou seja, que apresentem perda possível não devem ser reconhecidos nas informações contábeis, mas divulgados em notas explicativas. No período correspondente às demonstrações financeiras não há provisões, contingências ou ativos contingentes a serem reconhecidos. **3.5. Reconhecimento de receitas e despesas:** As receitas, quando apresentadas, são reconhecidas pelo regime de competência. **3.6. Imposto de renda e contribuição social correntes:** A provisão para imposto de renda e contribuição social são contabilizadas pelo regime de lucro real e é constituída à alíquota de 15% para o imposto de renda, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240, se houver. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Em função da estrutura de emissão de debêntures vigente, não são esperados lucros tributáveis na Companhia. **3.7. Resultado por ação:** O resultado por ação é calculado dividindo-se o lucro/prejuízo do período atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período. Não existe diferença entre o lucro por ação básico e o diluído. **3.8. Ajuste a valor presente:** A Administração, quando aplicável, apresenta seus ativos e passivos a valor presente, o qual é calculado com base na taxa efetiva de juros, considerando sua compatibilidade, prazo e risco em transações similares. **3.9. Redução ao valor recuperável ("impairment"):** Anualmente são analisadas há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável de ativos e caso existam tais evidências, é realizada a estimativa de recuperação do ativo e a eventual redução de seu valor, a qual é registrada no resultado do exercício. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram identificadas perdas nos valores dos ativos. **3.10. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **3.11. Demonstração do valor adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	1
Depósitos bancários	1.181	159
Aplicações de resgate automático	17	52
Total	**1.198**	**212**

5. Cessão de Créditos: Refere-se aos direitos creditórios adquiridos, representados por Cédulas de Crédito Bancário (CCB) constituídas nos termos da Lei n.º 10.931/04, e que são vinculados em regime fiduciário às debêntures emitidas por meio de escritura da 1ª emissão de debêntures simples, conforme descrito na nota 8 e constituem a garantia real da emissão. A Companhia não poderá ceder para terceiros as CCBs vinculadas às Debêntures, exceto se aprovado por meio de Assembleia dos Debenturistas. Neste caso, os valores recebidos pela Emissora por conta da cessão das CCBs serão utilizados para realização de Amortização Extraordinária das Debêntures, a ser realizada em até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento pela Companhia dos respectivos valores. Os referidos créditos foram adquiridos diretamente de instituição financeira originadora, sem coobrigação e sem direito de regresso, e totalizam R$ 9.731 na data das demonstrações (R$ 2.415, em 31 de dezembro de 2021). Durante a vigência da emissão de debêntures, os fluxos de caixa recebidos pela emissora são utilizados para a aquisição de novos créditos, obedecidos os critérios de elegibilidade definidos na escritura de debêntures. A lista dos créditos adquiridos deve ser atualizada no mínimo a cada três meses, ou sempre que o debenturista julgar necessário.

Abertura por prazo de vencimento

	31/12/2022
vencidos e não pagos acima de 180 dias	167
vencidos e não pagos abaixo de 180 dias	570
até 30 dias	1.009
de 31 a 60 dias	1.288
de 61 a 90 dias	1.316
de 91 a 120 dias	1.189
de 121 a 150 dias	854
de 151 a 180 dias	600
de 181 a 360 dias	1.723
acima de 360 dias	1.015
Total	**9.731**

5.a. Montante da provisão constituída: As provisões constituídas, no montante de R$ 167 (R$ 0, em 31 de dezembro de 2021), refletem integralmente o saldo devedor de contratos que estão com parcelas vencidas há mais de 180 dias. **6. Contas a Receber:** Referem-se às rendas a receber pelos serviços prestados, no montante de R$ 47 somente em 31/12/2021. **7. Tributos a compensar:** Referem-se aos impostos retidos na fonte decorrentes de resgates de aplicações financeiras e serviços prestados, no montante de R$ 2 (R$ 4, em 31 de dezembro de 2021), a serem compensados na apuração anual dos impostos ou em recolhimentos de tributos federais futuros, nos moldes da legislação em vigor. **8. Obrigações por emissão de debêntures:** Refere-se à primeira emissão privada de debêntures quirografárias, em série única, subordinadas, cujo montante total será de R$ 10.000, na data do balanço foram emitidas o montante de R$ 8.539 todas com data de emissão em 30 de setembro de 2021, originalmente com prazo de 12 meses e amortização ordinária ao final do período, e valor nominal unitário de R$ 1. Em 26 de junho de 2022 foi celebrada a assembleia geral de titulares de debêntures, onde foi deliberada a alteração da data de vencimento para 31 de julho de 2024, conforme demonstrado abaixo:

Data da amortização	% de amortização	Valor em 31/12/2022	Valor em 31/12/2021
30/09/2022	100%	-	2.585
Total circulante		**-**	**2.585**
31/07/2024	100%	10.861	-
Total não circulante		**10.861**	**2.585**

As emissões, ao valor unitário de R$ 1, ocorrem à medida em que ficam disponíveis para cessão os direitos creditórios descritos na nota nº 5, os quais ficam fiduciariamente vinculados às debêntures. Sobre o valor nominal das debêntures emitidas incidem somente juros remuneratórios de 2,5% a.a., acrescidos do prêmio de reembolso, calculado e apropriado pelo equivalente a 100% dos valores recebidos das CCB vinculadas, deduzidos os custos operacionais assumidos pela emissora, próprios ou de terceiros, e impostos incidentes sobre os negócios realizados, e serão pagos integralmente na data de vencimento. Não são permitidos resgates parciais antecipados, enquanto o resgate antecipado total das Debêntures poderá ser realizado, a qualquer tempo, a critério da Emissora, caso o valor recebido pela Emissora a título de principal, juros e encargos moratórios das CCBs seja suficiente para o pagamento integral do saldo do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures. Não são constituídas garantias em favor do Debenturista no âmbito da emissão, considerando a espécie subordinada das Debêntures. Desta forma, o risco de crédito associado às CCB adquiridas em regime fiduciário é integralmente assumido pelos titulares das debêntures. **9. Dividendos a pagar:** Refere-se a dividendos provisionados na data do balanço no montante de R$ 64, os quais incluem o dividendo mínimo obrigatório. **10. Obrigações fiscais:** Refere-se a impostos próprios, de IRPJ e CSLL, calculados sobre o lucro da companhia, no montante de R$ - (R$ 20, em 31 de dezembro de 2022), e impostos e contribuições ao PIS e à COFINS próprios a pagar, calculados sobre a receita de securitização, no montante de R$ - (R$ 2, em 31 de dezembro de 2022), e imposto retido sobre serviços tomados no montante de R$ 1 (R$ -, em 31 de dezembro de 2022). **11. Transações com partes relacionadas:** A Administração considera como partes relacionadas quaisquer pessoas jurídicas vinculadas aos sócios e ao pessoal-chave da administração, além destes na pessoa física. A companhia realizou no período transações com partes relacionadas, sendo que as mesmas produziram saldos a pagar e a receber, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos	-	-
Valores a ressarcir de empresa ligada	-	-
Passivos	1	4
Valores a reembolsar a empresa ligada (*)	**1**	**4**

(*) Passivo junto a coligadas, em razão de despesas iniciais correntes que foram pagas por aquele, por conta e ordem da companhia.

Resultado	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de serviços contratados de empresa ligada	188	-

Despesas de serviços contratados com a empresa ligada Virgo Companhia de Securitização. **12. Remuneração dos administradores:** Não houve remuneração a administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **13. Patrimônio líquido: 13.1. Capital social:** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R$ 1, dividido em 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **13.2. Reserva legal e destinação dos lucros, distribuição de dividendos:** A reserva legal é constituída na forma estabelecida na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, e no Estatuto Social da Companhia, respeitando o percentual mínimo de 5% do lucro do líquido e o percentual máximo de 20% do capital social da Companhia. Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. No período findo em 31 de dezembro de 2022 a companhia não auferiu lucro a ser destinado. **14. Resultado por ação:** Conforme descrito na nota nº 1 – Contexto Operacional, a Companhia não auferiu lucro no exercício, e, consequentemente, não demonstrou o cálculo e apresentação do lucro por ação. **15. Receitas dos recebíveis adquiridos:** As receitas são formadas pelo montante de juros apropriados pro-rata sobre cada um dos contratos que compõe a carteira de recebíveis no período, tomando-se por base o método de juros efetivos.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receita dos recebíveis adquiridos	2.659	42
Total	**2.659**	**42**

16. Despesas administrativas e tributárias

16.1 Despesas administrativas

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Serviços do sistema financeiro	24	3
Publicações	7	-
Serviços técnicos especializados	65	8
Serviços contratados com empresas ligadas (nota 11)	188	-
Outras Despesas administrativas	2	3
Total	**286**	**14**

16.2 Despesas tributárias

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Imposto sobre serviço de terceiros	1	4
PIS	-	1
COFINS	1	3
Outros impostos e taxas	15	3
Total	**17**	**11**

17. Resultado financeiro: As receitas financeiras são constituídas, principalmente, pela atualização dos créditos adquiridos e pelo resultado das aplicações financeiras dos recursos disponíveis. As despesas financeiras totalizaram R$ 251 (R$ 16, em 31 de dezembro de 2021), e são constituídas de atualização das debêntures emitidas, conforme descritas na nota explicativa nº 8 e por prêmio de reembolso no montante R$ 3.689 (R$ 0, em 31 de dezembro de 2021). **18. Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021, a Companhia não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **19. Gerenciamento de riscos: Visão geral:** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais serão incluídas tão logo sejam realizadas operações decorrentes de seu objeto social. **Estrutura do gerenciamento do risco:** A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o exercício. Em linhas gerais, podem ser identificadas seis etapas a serem observadas na contratação de novas operações, sendo elas: (1ª) prospecção de negócios; (2ª) análise da proposta; (3ª) avaliação dos riscos operacionais; (4ª) negociação das condições comerciais; (5ª) identificação da disponibilidade de recursos a captar em debêntures; e, tendo sido atendidas todas as condições; e (6ª) a efetivação do negócio. Como resultado, alguns riscos inerentes à atividade da Companhia, não são identificados nas operações e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: **a) Risco de mercado** - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas acompanhadas mensalmente para direcionar estratégias para operações. Para as operações em andamento, o risco é anulado em face da compatibilidade entre os investimentos realizados e a emissão de debêntures para o financiamento daqueles, uma vez que se utilizam de garantias entre si de fluxo de caixa e retorno, amparadas em acordo de acionistas. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades estão concentradas em aplicações de renda fixa de liquidez diária e tem seus saldos ajustados a valor de mercado. **b) Risco de crédito** - Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco o investimento realizado é co-dependente da emissão de dívida por meio das debêntures, sendo que os fluxos de caixa proveniente dos investimentos estão plenamente compatíveis com o fluxo de caixa esperado para a amortização da dívida, sem riscos associados à Companhia. Qualquer situação que possa envolver insolvência no investimento, os efeitos serão transferidos aos debenturistas investidores, conforme os termos da escritura de debêntures. O risco de crédito dos ativos de liquidez é minimizado em função do baixo risco de insolvência da instituição financeira depositária dos valores. **c) Risco de liquidez** - Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de caixa entre o investimento principal e a alavancagem na emissão de debêntures. Para as despesas correntes, as reservas disponíveis são consideradas suficientes. **d) Pré-pagamentos** - O risco derivado de eventuais pré-pagamentos advindos do investimento principal, incomum em operações desta natureza, é neutralizado na Companhia pela disposição inserida nos títulos emitidos (debêntures) que lhe permite pré-pagar os títulos emitidos na proporção das antecipações recebidas. **e) Risco operacional** - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses efeitos, a Companhia estabeleceu rotinas redundantes de verificação, realizadas por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou, em todos os processos críticos até que os seus sistemas de contratação, registro, evolução e acompanhamento dos investimentos e captações de recursos, assim como o sistema integrado de controle interno, estejam plenamente ativos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática, são adotados procedimentos que visam à efetiva proteção desses ambientes a partir da padronização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação de dados e informações. **Gestão do capital:** A política da Administração considera a manutenção da base de capital necessária para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio. ***Análise de sensibilidade:*** Em atenção ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia registra não estar exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas demonstrações financeiras. **20. Eventos subsequentes: Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária:** Em 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) ao julgar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), decidiu pela constitucionalidade da cobrança da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) em relação a todos os contribuintes pessoa jurídica, fato que já havia sido apreciado e julgado como contribuição devida desde o ano de 2007. Sobre este assunto, a Administração declara não haver impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas no presente e no futuro, uma vez que sempre apropriou e recolheu a referida contribuição. Não foram identificados outros eventos subsequentes após 31 de dezembro de 2022 até a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas que requeressem ajustes ou divulgação.

A DIRETORIA

Sérgio Ferraz - Contador - CRCSP 179881/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **IFIN II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros** - São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **IFIN II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IFIN II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros** em 31 de dezembro de 2022**,** o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Transações com partes relacionadas:** Conforme mencionado na nota explicativa no 1 e 11, as operações da Companhia envolvem partes relacionadas. Desta forma, o resultado auferido no período poderia ser diferente daquele que seria obtido caso fossem realizadas entre partes não relacionadas, ou independentes. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Outros assuntos:** As demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria em 7 de abril de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Demonstração do valor adicionado:** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referente o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accouting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2023.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1
Paulo Sérgio Barbosa - Contador - CRC 1 SP 120359/O-8

Agrostahl S.A. Indústria e Comércio - CNPJ/MF 45.493.772/0001-40

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - ANÚNCIO

A Diretoria da **AGROSTAHL S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO** anuncia que as Demonstrações Financeiras do ano de 2022 e eventual Relatório da Administração se encontram à disposição dos acionistas na sede da empresa Localizada na Rodovia Raposo Tavares KM 67.

BAUMER S/A

Companhia Aberta - CNPJ nº 61.374.161/0001-30 - NIRE 35.300.027.213

Aviso aos acionistas

Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na Sede Social, os documentos a que refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, com as alterações da Lei 10.303/01, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022. Mogi Mirim/SP, 29/03/2023.

GULIACÁN PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 15.606.559/0001-37 - NIRE 35300439457
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convidados os senhores acionistas da Guliacán Participações S.A. ("Companhia"), a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada na Rua Treze de Maio, 313, Galeria Montini, sala 7, Centro, Amparo, SP, CEP 13900-005, sede da Companhia, em 10.04.2023, às 10h00, em primeira convocação, e às 10h30, em segunda convocação, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) alteração do endereço da sede da Companhia; (b) destituição de diretor da Companhia; (c) alteração da composição da diretoria e das regras de representação da Companhia; e (d) aprovação da alienação de bem imóvel da sociedade Nova Mata Agropecuária e Imobiliária Ltda., inscrita no CNPJ/ME nº 10.175.492/0001-00, da qual a Companhia é sócia. Diretor Valter Costa Da Silva.

ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO HOSPITAL SAMARITANO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Associados Efetivos adimplentes da Associação Médica do Hospital Samaritano para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no Hospital Samaritano, sito à Rua Conselheiro Brotero, 1486, auditório, no andar P2, nesta Capital e também virtualmente através do link informado abaixo, no dia 19 de abril de 2023, às 18:00 horas em primeira chamada e 18:15 horas em segunda chamada, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Adequação do enquadramento tributário da Associação Médica do Hospital Samaritano; 2) Outros assuntos de interesse geral. São Paulo 03 de abril de 2023. Dr. Walmyr Ribeiro de Mello – Diretor Presidente.

https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZGUyYmFhMjUtNGMzNS00NzBkLWFmNzYtZGM0ZTIyOTE3MWE2%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22e79034b6-c14f-4d3e-a08f-d8d7d4643271%22%2c%22Oid%22%3a%22f659ec97-0094-4226-bc19-07d2442e187e%22%7d

---

Companhia Província de Securitização

CNPJ/ME nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de Primeira Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 38ª e 39ª Séries da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") das 38ª e 39ª Séries da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização ("Titulares dos CRI", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consoante ao disposto na cláusula 14.3 do termo de securitização dos CRI da Emissão, celebrado em 18 de junho de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a ser realizada, em primeira convocação, aos 19 de abril de 2023, às 11h30min, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60; relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Ficam os Titulares dos CRI da Emissão cientes de que, nos termos do §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado cujo relatório dos auditores independentes não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://provinciasecuritizadora.com.br/). As procurações e/ou boletins de voto a distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRI, incluindo, mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciasecuritizadora.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia. São Paulo, 30 de março de 2023. **Companhia Província de Securitização - Roberto Saka -** Diretor de Securitização e de Relação com Investidores.

Companhia Província de Securitização

CNPJ/ME nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de Primeira Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 45ª e 46ª Séries da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") das 45ª e 46ª Séries da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização ("Titulares dos CRI", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consoante ao disposto na cláusula 12.3 do termo de securitização dos CRI da Emissão, celebrado em 01 de setembro de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a ser realizada, em primeira convocação, aos 19 de abril de 2023, às 14h30min, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60; relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Ficam os Titulares dos CRI da Emissão cientes de que, nos termos do §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado cujo relatório dos auditores independentes não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://provinciasecuritizadora.com.br/). As procurações e/ou boletins de voto a distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRI, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciasecuritizadora.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia. São Paulo, 30 de março de 2023. **Companhia Província de Securitização -** Roberto Saka. Diretor de Securitização e de Relação com Investidores.

NESLIP S.A.

C.N.P.J.M.F. nº 19.654.466/0001-39 - NIRE 35.300.178.785

AVISO AOS ACIONISTAS

Ficam comunicados os Senhores Acionistas da **NESLIP S.A.**, em atendimento ao disposto no art. 133 da Lei 6.404/76, que os documentos e informações relacionados às matérias da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 26/04/2023, às 10:00 horas, no escritório Ulhôa Canto, na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, Torre Executiva, 4º andar, Leblon, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, para apreciação de deliberação sobre: (i) as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31/12/2022; (ii) a destinação do lucro do referido exercício e a distribuição de dividendos; e (iii) demais assuntos de interesse geral. Os administradores esclarecem que os documentos previstos no artigo 133 da Lei 6.404/76 já se encontram à disposição dos Acionistas. Os Acionistas poderão obter cópias de tais documentos na sede da Neslip S.A. Fica esclarecido, ainda, que a AGO em questão não será realizada na sede da Neslip S.A. devido à limitação de espaço em tal local. Comunicamos, ainda que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia nos jornais costumeiros.

São Paulo, 30 de março de 2023.

Luiz Otávio Possas Gonçalves - Presidente do Conselho

ABC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COSMETOLOGIA
CNPJ/MF Nº 45.884.582/0001-54

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL, ELEIÇÃO DE DIRETORIA, CONSELHO CONSULTIVO, CONSELHO FISCAL E BENFEITORES - Biênio 2023-2025

O Presidente da ABC – Associação Brasileira de Cosmetologia, Paulo Sergio Sevilha, no exercício dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, faz saber a todos os seus associados que realizar-se-á em **10 de abril de 2023, às 15:00hs**, de forma híbrida (presencial na sede da ABC e virtual pelo link abaixo e enviado por e-mail para todos seus associados), a Assembleia Geral Ordinária, prevista no Capítulo IV do Estatuto, bem como **ELEIÇÃO da Diretoria e Conselhos para o Biênio 2023-2025**. A Diretoria eleita tomará posse oficialmente no primeiro dia de maio de 2023.

A Assembleia Geral será regida pela seguinte pauta: 1.Eleição da Diretoria e Conselhos para o Biênio 2023-2025, tendo por candidata a chapa única, **Potencializando a Cosmetologia do Brasil para o Mundo**, com a respectiva composição:

DIRETORIA:
Paulo Sergio Sevilha Presidente
Edison Takechi Nakayama Vice-Presidente Administrativo e Financeiro
Alberto Keidi Kurebayashi Vice-Presidente Técnico
Mara Augusto Vice-Presidente Regulatório
Sebastião Donizetti Gonçalves Diretor Administrativo e Financeiro
Silas Arandas Monteiro e Silva Diretor Técnico
Maria Luisa Arruda Mortara Batistic Diretor Regulatório

CONSELHO CONSULTIVO:
PRESIDENTE DOS CONSELHOS: Enilce Maurano Oetterer
Titulares/Efetivos: César Augusto Yamaguichi Tsukuda, Jadir Nunes, Renata Solfredini de Freitas, João Alberto Hansen, Ana Carolina Henriques Ribeiro Machado, Luciene Baptista Bastos.

BENFEITORES: Solabiá Biotecnologia Ltda. e Cosmotec International Especialidades Cosméticas Ltda.

CONSELHO FISCAL:

Titulares/Efetivos: Antonio Celso da Silva, Vânia Rodrigues Leite e Silva, Sergio Antonio Fernandes, Luiz Ricardo Marinello, Juliana Flor, Lígia Regina Haddad Baruque.

BENFEITORES: Chemyunion Ltda. e Boticário.

CONSELHO BENEMÉRITO: Joãosinho Angelo Di Domenico, Maria Rita Pereira Lemos de Resende

De acordo com o disposto Estatuto Social, serão aceitos votos eletrônicos e somente sócios que estejam quites com suas contribuições têm direito a voto.

Link da Assembleia:
https://us06web.zoom.us/meeting/register/tZUvcOutrD8vGdOTxrYaiPIYZsSefTUOs3vF

E, para que todos os associados tomem conhecimento, é publicado o presente Edital.

São Paulo, 03 de abril de 2023.

Paulo Sergio Sevilha
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COSMETOLOGIA – ABC
Presidente 2021-2023